



VERTENTES HERMENÊUTICAS DE RISCO PARA A CIDADANIA

José Sérgio Monte Alegre* Professor da Universidade Tiradentes/SE e Procurador do Ministério Público Especial junto ao TCE. Ex-professor da UFS.



1. Conta-se que, abordado por irmãos de cor em um aeroporto de Estado exacerbadamente segregacionista, na Federação norte-americana, que lhe reclamava das leis locais, o líder negro Martin Luther King respondeu com presteza: “Não me interessam as leis do vosso Estado, mas sim qual seja a jurisprudência dos vossos Tribunais.” Sem dúvida, mesmo nas entrelinhas, o pacifista deixava enfatizado o que Piero Calamandrei, no seu bem afamado livro *Apologia aos Juizes*, ou eles, os juizes, vistos por nós advogados, houvera dito acerca dos magistrados: que eles têm um poder mágico, não compartilhado por nenhum outro homem sobre a face da Terra, o de dizer que o negro é branco e que o quadrado é redondo, pela coisa julgada.



2. Aceitamos que seja assim. Pois bem. Distinguidos com tão formidável poder, hão de exercê-los não em proveito de si próprios, postos que jurisdição **é função** do Estado. E função existe no Direito quando se outorga poder para a realização de uma finalidade alheia ao seu titular (Fábio Konder Comparato, em *Educação, Estado e Poder*, págs. 28/29, editora Brasiliense), ou então, “apenas quando alguém está assujeitado ao dever de buscar, no interesse de outrem, o atendimento de certa finalidade. Para desincumbir-se de tal dever, o sujeito de função necessita manejar poderes, sem os quais não teria como atender à finalidade que deve perseguir para a satisfação do interesse alheio.” (Celso Antônio Bandeira de Mello, em seu *Curso de Direito Administrativo*, p. 69, 13ª edição, Malheiros). Todavia, não só isso. Como a Constituição da República responde a um padrão normativo com o qual se hão de conformar todas as demais normas, formal e materialmente, isto pela sua natureza e pela sua hierarquia, então o





norte para a correta apreensão dos fenômenos jurídicos deverá residir nela própria, Constituição, que encontra em **si mesma** o seu referencial de compreensão. E é a Lei Republicana que textualmente afirma ser o Brasil uma República Federativa, constituída sob a forma de **Estado Democrático de Direito** (art. 1º, caput). Pelo que configura equívoco lamentável, de graves conseqüências, qualquer esforço de compreensão das normas e princípios constitucionais a partir da legislação ordinária. Assentada a premissa, é preciso saber o que, **na Constituição brasileira**, se devem entender como tal. Trata-se de Estado submetido à lei e desta dependente? **Só isto?** Tenho como certo que não. A subordinação e a dependência da lei são elementos necessários para conformar-lhe o perfil. Contudo, **são insuficientes**.

3. Realmente. É visível, ainda hoje, o nível de comprometimento da Constituição atual com vertentes do pensamento revolucionário francês de 1789, inclusive e sobretudo com aquelas formalizadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Se não, vejamos.

3.1. Está acolhida na Constituição Federal a garantia a brasileiros e estrangeiros residentes no País da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, nos termos que enuncia (art. 5º, caput). Ora, o que é isso senão a versão brasileira da fórmula francesa de que o fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais, e imprescritíveis do homem e que esses direitos são a liberdade, a propriedade e a segurança, ademais da resistência à opressão, este último inexplicavelmente ausente do texto nacional? (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão). Não é irrelevante que a Constituição brasileira tenha usado a palavra **garante**, ao invés de outorga, de atribui, de concede: só se garante o que já existe! Também não é um indiferente jurídico a consagração da separação dos Poderes, sob o enunciado clássico (art. 2º). E não será verdadeiro que, para o ideário da Revolução, não tinha Constituição a sociedade em que os Poderes não estivessem separados nem garantidos os direitos naturais da pessoa humana? Pois bem: se é esta a ótica, então o Brasil tem Constituição...

3.2. Contudo, há mais. Na Declaração, lê-se: "A liberdade consiste em poder fazer tudo quanto não incomode o próximo; assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem limites senão nos que asseguram o gozo destes direitos a outro homem. **Estes limites não podem ser determinados senão pela lei**" (sem o destaque, no original). Logo a seguir: "A lei só tem o direito de proibir



as ações prejudiciais à sociedade. Tudo quanto não é proibido pela lei não pode ser impedido e ninguém pode ser obrigado a fazer o que ela não ordena". Enquanto isso na Constituição Republicana se afirma que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer senão em virtude de lei (art. 5º, II). Ou então: "A lei é expressão da vontade de todos. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer pessoalmente ou por seus representantes para sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, quer proteja, quer castigue. Todos os cidadãos, sendo iguais aos seus olhos, sendo igualmente admissíveis a todas as dignidades, colocações e empregos públicos, segundo suas virtudes e seus talentos." (Declaração). Quais os seus equivalentes na Constituição Federal? "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". (art. 1º, Parágrafo único) e "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza..." (art. 5º, caput). Prosseguindo, na Declaração se lê: "Todo homem será julgado inocente até quando for declarado culpado". Na Constituição: Ninguém será considerado culpado até trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (art. 5º, LVII). Outras identidades existem, mas parecem já suficientes as que ficaram citadas.

3.3. Então, a referência à lei, pura e somente, não é bastante para traçar com fidelidade a silhueta do Estado de Direito, no Brasil. Há de se lhe acrescentar outros elementos de informação, resumidos da seguinte fórmula: leis que expressem uma opção fundamental pela prossecução de valores como a intangibilidade da vida humana, da liberdade, da segurança, da propriedade, ademais obsequiosas à igualdade e resultante do exercício da função legislativa, predominantemente exercida pelo Congresso Nacional, com a sanção presidencial, como órgão de expressão do Poder Legislativo, exercitado por delegação do titular da soberania, o povo. Isso, obviamente, sem esquecer que, no Brasil, o Executivo **não** apenas se movimenta dentro dos limites que lhe são traçados pelo Legislativo, mas também **o faz** sob o controle do juiz (art. 5º XXV, da C.F.). Aí, sim, a expressão Estado de Direito guardará sintonia **material** com a Constituição.

3.4. Neste ponto, uma primeira conclusão já é possível. No sofisticado esquema de relações entre autoridade e a liberdade, tudo se resume à cláusula da **proteção da liberdade mediante interdição do arbítrio do Estado e, dentro deste, do Poder mais perigoso para a cidadania, que é o Executivo**. Aliás, esta a razão de ser do Direito Administrativo, a sua filiação histórica, como rebento legítimo



e não bastardo do Estado de Direito, tal como concebido pela Revolução Francesa. Sob essa perspectiva, **a liberdade é a regra e a sua restrição a exceção**; e toda exceção se interpreta restritivamente e nunca ampliativamente. A propósito, em recente decisão, o **Supremo Tribunal** deixou assentado que matéria de **direito estrito** não se presume **nem** comporta interpretação **ampliativa** (ADIN 724-6/RGS, no DJU de 27/4/2001). Segue-se inclusive que, na dúvida, decide-se **em favor da liberdade**, a semelhança do que acontece no Direito do Trabalho (na dúvida em favor do mísero) e no Direito Penal (na dúvida em favor do réu). Ou deixou de ser exato que nem nasce livre (e igual em direitos) é o homem? Ou que só este é que é titular de uma **liberdade originária**, nunca o Estado? A ser assim verdadeiro, então **como vem uma certa jurisprudência interpretando o Direito Administrativo, no Brasil**, com o aplauso de determinada doutrina? Entre duas interpretações possíveis, ambas bem nutridas de argumentos, qual a que têm preferido? Aquela que melhor homenageia **esse** Estado de Direito ou a que o deprime? Pelas amostras recolhidas em temas fundamentais, o que se tem visto são vertentes hermenêuticas de riscos... para a cidadania, algumas delas aliás já identificadas muito tempo atrás pela argúcia do festejado Sérgio Ferraz em “Justiça Social e Algumas Vertentes Autocráticas de Nosso Direito Administrativo” (Florianópolis 1982, na Conferência Nacional dos Advogados do Brasil), que, sem negar o Estado como mal e exaltar o indivíduo como um bem, entende que não se pode buscar justiça social, no Brasil, pelo reforço teórico dos comportamentos estatais autocráticos (pág. 26).

4. Confira-se, a seguir:

4.1. **a ação popular**: tem tido a sua legitimidade adstrita ao cidadão-eleitor, com o que são excluídos do pólo ativo as pessoas jurídicas, os estrangeiros residentes no Brasil, os septuagenários não inscritos como eleitores, os que tiveram os seus direitos políticos suspensos, os conscritos, etc. E, com isso, descarta-se de que à República (art. 1º da CF) interessa sobremaneira que sejam muitos os habilitados a defender. Não só. A palavra cidadão nem sempre está empregada, textual ou contextualmente, no sentido de eleitor. Veja-se o art. 58, § 2º, V, C.F. e art. 64 do ADCT. Além do que a ação popular acha-se predisposta à preservação ambiental e a Constituição, sobre assegurar **a todos** o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, qualifica-o como bem de **uso comum do povo** e essencial à



sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput). Note-se que **a vida** é o primeiro dos direitos da **pessoa humana**, cuja inviolabilidade é assegurada na Constituição, que não distingue entre brasileiros e estrangeiros residentes no País (cf. art. 5º, caput). Ainda mais, a ação popular não diz com a formação da vontade do Estado pela via legislativa e pois essencialmente política, e sim com a formação da vontade estatal pela via judiciária, para qual qualquer **pessoa** pode concorrer exercitando o direito ao processo (art. 5º, inciso XXXV). (1).

4.2. **a ação civil pública**: não tem merecido melhor sorte. A legitimidade fica circunscrita a pessoas jurídicas e ao Ministério Público. **Consequência**: predisposta, por exemplo, à proteção do meio ambiente ou do patrimônio público, não está disponível enquanto tal, com que se reduzem as possibilidades de exercício do controle do Estado pela cidadania, atuando **sem** intermediação de quem quer que seja. E, sem dúvida, leva o indivíduo a ter de associar-se **compulsoriamente**, a permanecer associado, **o que contraria o art. 5º, XX, da C.F.** Esquece-se aqui que a pessoa jurídica surgiu como reforço à causa do indivíduo e **não** para substituí-lo. O que se deseja é que o indivíduo escolha o que mais lhe convém, se agir isoladamente ou então reunido a outros, formando pessoas jurídicas (2), para o que a Constituição lhe garante, exatamente a liberdade de associação. Aliás, não é outra coisa o que ressaí do § 1º do art. 129, verbis: “a legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei”. Repare-se que a linguagem do texto é aberta, ao aludir a **terceiros** e não unicamente a pessoas jurídicas. Além disso, é óbvio que a lei referida no texto há de conter-se ao sistema de princípios e normas constitucionais, caminhando na mesma direção e não em sentido contrário, razão pela qual lhe é vedado comprimir o que a Constituição quis dilatado, ou valorizar a pessoa jurídica em detrimento da dignidade do indivíduo (2).

4.3. **o mandado de segurança**: padece do mesmo destino. Aferrada inclusive a expressão **já não** mais reproduzida na Constituição de 1988, no art. 5º, LXIX – ato de autoridade – contida na Carta de 1934, sob a qual foi editada a primeira lei do mandado de segurança, a Lei 191/36, que utilizava a locução, essa hermenêutica de risco recusa a interpretação do mandado de segurança contra ato do Estado ou de quem lhe fizer as vezes, sempre que atue **como** se fora um



particular, despido portanto de prerrogativa de Poder Público. E, então, encurtam-se as pernas de uma garantia constitucional inspirada exatamente na sadia idéia de salvaguardar o indivíduo contra eventuais desvios de comportamento estatal, **atuando por si ou mediante interposta pessoa**. E sociedade de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica são criaturas auxiliares ou instrumentos de atuação de quem, senão o Estado, contra o qual se busca acautelar o indivíduo com a via expedida do mandado de segurança? Ainda aqui, o que se faz é comprimir indevidamente o alcance de franquias constitucionais, debilitando-as nas suas virtualidades protetivas dos administrados, na mesma medida colocando-se o Estado a salvo de um controle do qual não se poderia evadir. Com efeito, sobre não constar do texto constitucional a expressão **ato de autoridade** (diferentemente do que acontecia com a Carta de 1934 e a Lei 191/36), o que se lê no art. 5º, inciso LXIX, é a referência a **atribuições do Poder Pública**, e não **de** Poder Público, sem qualquer qualificação de **típicas ou atípicas** (como o faz Decreto-Lei 200, no tocante às finalidades das autarquias, no art. 5º, inciso I), em regime de direito público ou de direito privado, e a exploração direta de atividade econômica é atribuição **do** Poder Pública, conquanto não lhe seja típica ou peculiar. **Mas atribuição é (3).**

4.4. **a desapropriação**: também aqui o que há é desalentador. Doutrina e jurisprudência vêm tolerando a **ampliação de uma exceção...** e, na seqüência, a propriedade torna-se suscetível de violabilidade **sem observância ao devido processo legal**, nada obstante a peremptória garantia de que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (art. 5º, LIV). Isso, entretanto, não parece importar muito porque não é verdade que o Supremo Tribunal Federal já disse, a respeito do Decreto 20.910/37, que “todo e qualquer direito ou ação, seja de que natureza for”, não é todo e qualquer direito ou ação e sim somente os direitos pessoais?... (4). E não tem adiantado sequer chamar a atenção para que na desapropriação indireta, a indenização não é prévia, além do que o Executivo usurpa função do Judiciário, qual seja a de ordenar a imissão prévia na posse (4).

4.5. **a presunção de legitimidade, o ônus da prova e autotutela, e seu consectário da auto-executoriedade**: a respeito, a unanimidade impressiona, e muito. O que se diz é que os atos administrativo povoam o universo jurídico adornados por presunção de legitimidade e admitem execução, inclusive com o concurso da



compulsão física, sem a prévia intervenção do Judiciário. E mais: provar-lhe a ilegitimidade é encargo do administrado, com o que se dá uma formidável inversão do ônus da prova. O entendimento, dos mais tradicionais, vai ao ponto de obscurecer que o princípio consagrado na Constituição **é o da dignidade da pessoa humana**, não o da Administração Pública como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III), o que um seu desdobramento é exatamente a presunção de inocência do indivíduo, mesmo o acusado de crime, ainda que hediondo, (art. 5º, LVII). Nessa linha, não se compreende como é que o acusado de crime, mediante prova de maior robustez, possa continuar presumido inocente e o cidadão livre de qualquer acusação seja privado dela! O paradoxo aqui é manifesto. Quando se relaciona com o Estado sob a disciplina do Direito Penal, ou do Processo Penal, o indivíduo-réu é dado como inocente, até sentença penal condenatória transitada em julgado; contudo, ao se envolver com o Estado sob o regime jurídico-administrativo, a presunção inverte-se em detrimento de quem é indivíduo e nada tem de réu... Isso sem falar da ampliação da teoria **decisão executória** para a do **ato administrativo**! E sem que se esclareça que, alhures, especialmente na França, o privilégio é decorrência da original teoria da **dualidade de jurisdições**, a comum e a administrativa especializada, à sua vez resultante de que se proíbe terminantemente ao Judiciário interferir por qualquer modo na atividade dos corpos administrativos, **o que não ocorre no Brasil nem nunca ocorreu (5)**. Confunde-se também transferência do ônus da prova com transferência do **ônus de acionar**, e deixa-se de indicar qual o dispositivo constitucional que ampara semelhante inversão, como **exceção** ao regime geral da **heterotutela (art. 5º, inciso XXV) (5)**.

4.6. **a urgência como pressuposto de expedição válida de medida provisória**: neste tema, o STF consolidou a sua jurisprudência no sentido de que “Os requisitos de relevância e urgência para a edição de medida provisória são de apreciação discricionária Chefe do Poder Executivo, não cabendo salvo os casos de excesso de poder, seu exame pelo Poder Judiciário. Entendimento assentado na jurisprudência do STF” (ADINC-2150/DF, em 23/03/2000 – Tribunal Pleno, no DJU de 28/4/00, Relator Min. Ilmar Galvão). Daí resulta que, embora **integrando** a estrutura da norma, como um seu **pressuposto** de aplicação, a **urgência** deixa de ser tratada como conceito jurídico indeterminado, cuja delimitação derradeira **cabe**, isto sim, ao Judiciário, como sua atividade jurisdicional de absoluta normalidade, segun-



do doutrina de largo prestígio na Espanha tanto quanto na Alemanha. Ou então recusa a discricionariedade na utilização de conceitos vagos, imprecisos, plurissignificativos, porém suscetíveis de determinação caso a caso, até pela interferência do critério da razoabilidade, dado às peculiaridades que o individualizam. Por essa doutrina, recobrindo o conceito palavras dessa compostura, só haverá discricionariedade quando forem possíveis duas ou mais interpretações razoáveis diante do caso concreto (Celso Antônio Bandeira de Mello, in *Curso de Direito Administrativo*, 13ª edição, Editora Malheiros, pág. 787). Caso contrário não. A interpretação do STF tudo distorce, qual Rei Midas, e, assim, o que é normalidade vira exceção e o que exceção se transforma em normalidade. Neste ponto, e nada obstante o ostracismo atual do autor nunca é excessivo lembrar “Perante um fato determinado pela ordem jurídica como pressuposto de uma consequência, a primeira pergunta do jurista tem que ser: qual o órgão jurídico que, segundo o ordenamento jurídico é competente para verificar este facto no caso concreto e qual é o processo determinado pela ordem jurídica segundo o qual essa verificação deve ser feita?” (Hans Kelsen, na sua *Teoria Pura do Direito*, terceira edição, pág. 330). Deplorável é que, na jurisprudência assentada do STF, esse órgão, no caso de urgência, seja o Executivo, via de regra. Com isso, ressuscita-se uma doutrina de vinco autoritário, expressada no caso Francisco Dualiby versos Estado de São Paulo, apreciado nessa Corte no RE 73.296, de 14/4/72, sobre a quem caberia qualificar como boa ou má conduta o só indiciamento em três inquéritos policiais. A resposta foi a de que caberia à Administração, ao Judiciário restando somente o exame da existência material do fato, mas não a **justiça ou injustiça da qualificação**, ressalvada apenas a eventual ocorrência de desvio de finalidade, cumpridamente demonstrada. Com esse modo de entender, o STF negava sua tese anterior de que “Cabe ao Poder Judiciário apreciar a **realidade e a legitimidade** dos motivos em que se inspira o ato discricionário da Administração”. (sem o destaque, RE 17.126/MG, em 31/8/51). E esse parece persistir na exaltação da discricionariedade, **quanto a quem há de fixar o sentido de expressões fluidas**, como antecedente a que se liga um consequente. Realmente, na Ação Originária n. 476-4/Roraima, em 16/10/97, o Excelso Pretório sentou praça: “O requisito **notório saber** é pressuposto subjetivo a ser analisado governador do Estado, **a seu juízo discricionário**” (sem o negrito, no original).

4.7. **o solve et repete**: por este princípio aceito pelo Supremo



Tribunal Federal em matéria, por exemplo, de multas trabalhistas, se tem como válido o princípio segundo o qual se condiciona admissibilidade de recurso administrativo à efetiva e integral, ou parcial, satisfação do crédito da Administração pelo interessado inconformado como o respectivo título de constituição. Parece cristalino que um tal entendimento restringe o princípio constitucional da ampla defesa ou do livre acesso ao Judiciário (art. 5º, inciso XXXV da C.F.) em favor apenas daqueles que possam fazer e em detrimento de quantos não contem com disponibilidades suficientes para garantia da instância administrativa. Por isso mesmo, a notícia vem de Eduardo Garcia de Enterría e Tomas Ramón Fernández, no seu *Curso de Direito Administrativo*, RT, 1971, pág. 446, o Tribunal Constitucional italiano declarou a inconstitucionalidade do princípio *solve et repete*, o mesmo acontecendo na Espanha, com a jurisprudência do contencioso-administrativo, que lhe recusou o caráter **de princípio geral**, “embora a limitação inerente a seu ponto de partida a impediu de liquidar definitivamente os casos, que não são poucos, em que as leis condicionam expressamente a admissão dos recursos ao prévio pagamento ou depósito, total ou parcial, dos créditos declarados pela Administração.” Mais adiante, entretanto, os autores deixam registrada a opinião de que “O art. 24, I Constituição, ao reconhecer a todos o “direito de obter a tutela efetiva dos juízes e tribunais no exercício dos seus direitos e interesses legítimos, sem que em nenhum caso possa produzir-se impotência, parece liquidar definitivamente este molesto problema.”

4.8. a anulação de atos administrativos, pela própria Administração, sem necessidade de observância de formalidades especiais, inclusive do devido processo legal, com ampla defesa e contraditório (STF, no RE185.255-1, em 1/4/97, apud STJ no RMS nº 10.123/RJ, Rel. o Min. Demócrito Reinaldo, Primeira Turma, vencido o Min. José Delgado, no *Boletim de Direito Administrativo*, Junho 2001, pág. 489-496). O entendimento é flagrantemente inamistoso de uma inteligência favorável a uma mais perfeita e acabada garantia de interdição do arbítrio, inspiração derradeira maior do Estado Democrático de Direito, tanto mais grave quanto se tem uma Constituição que erige como fundamento República o princípio da dignidade da pessoa humana, em proveito de quem se proclama a **presunção de inocência**, mesmo quando se trate de acusado de crime hediondo! Aliás, neste acórdão do STJ chegou-se mesmo a acender fogueira de vaidades para se saber quem seria “Maria que iria com as



outras”: se a jurisprudência deveria obedecer à doutrina ou se a doutrina é que deveria acatar a jurisprudência. O Ministro Humberto Gomes de Barros não se fez de rogado: “Sr. Presidente, os juristas têm que nos seguir. Somos nós que dirigimos. Estamos investidos desse direito pelo Estado...” (BDA, p.496). Ainda bem que a ementa, a despeito de não integrar o acórdão, sinaliza para “determinadas hipóteses” (não diz quais) em que a anulação e a revogação estão condicionadas ao devido processo legal...

5. O que há de comum a todas essas interpretações? Por sem dúvida, por todas elas deprimem o alcance de garantias constitucionais de reconhecida dignidade, ao invés de mantê-las em suas exatas dimensões e até mesmo amplia-las. O resultado é um controle acanhado e incompleto, com inegáveis proveitos para o Poder Público, em detrimento do controle amplo e eficaz do Judiciário, **pedra de toque do Estado Democrático de Direito** (art. 1º da C.F c/c o art. 5º, XXXV) e a verdadeira trincheira da liberdade humana. Interpretação, aquela, que caminha no sentido contrário da Constituição Federal; que lhe é inamistoso, hostil, e, pois, inaceitável. Com efeito: em favor de um mais completo e aperfeiçoado controle do Poder, exprimindo cláusula de interdição de toda e qualquer modalidade de excesso ou arbítrio, é que a Constituição atual não apenas declarou que a República Federativa do Brasil se constituía sob a forma de Estado Democrático de Direito, exigente não só de submissão à lei – entenda-se: razoável e proporcional, obediente à *due process of law* em sentido substantivo – (art. 1º); mas manteve a garantia de eternidade para determinadas matérias (art. 60, § 4º); como ainda explicou a extensão do contraditório e da ampla defesa no âmbito do processo administrativo (art. 5º, inciso LV); ampliou a proteção judiciária (art. 5º, inciso XXXV) com a criação de novos institutos, tais como o mandado de segurança coletivo (idem, inciso LXX), o mandado de injunção (idem, LXXI), o hábeas data (idem, LXXII); a ação de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, § 2º); ademais de esclarecer a aplicabilidade do devido processo legal para privação temporária ou permanente de bens ou da liberdade dos indivíduos. (art. 5º, LIV); e de constitucionalizar a ação civil pública (art. 129, III); e, enfim, de assegurar a aplicabilidade imediata às normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, § 1º), rompendo com o silêncio das Constituições que precederam no tempo, sem exceção alguma. Surpreendente, pois, é que tais teses ainda hoje freqüentem com



desembaraço gabinetes de homens de leis. No entanto, é sempre possível uma energética correção de rumos, para que afinal se possa repetir com a graça e o encanto do cancionero popular: “Nada do que foi será do jeito que já foi um dia...”

⁽¹⁾ Ação Popular Não é Direito Político, na RDA 189; RTDP nº 3; nos Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política nº 2; e no BDA de Julho de 1992;

⁽²⁾ Ação Civil Pública, Constituição Federal e Legitimidade Para Agir, na RTDP nº 14;

⁽³⁾ Mandado de Segurança: Uma Proposta de Interpretação, na RTDP nº 23;

⁽⁴⁾ Desapropriação Indireta, Sua Inconstitucionalidade e Obrigatória Invalidação Pelo Judiciário, em parceria com o Prof. Carlos Britto, na RDP nº 74;

⁽⁵⁾ Presunção de Legitimidade, Ônus da Prova e Autotutela: O Que Diz a Constituição Federal? Ainda inédito, porém já selecionado para publica na RTDP e BDA.

